

Gilberto Dimenstein
Alvaro Cesar Giansanti

Colaboração especial nos textos:
Alda Beraldo • Reinaldo Seriacopi

Quebra-cabeça Brasil

Temas de cidadania na História do Brasil

Quebra-cabeça Brasil

Diretor editorial	Fernando Paixão
Supervisão editorial	Maria Dolores Prades
Coordenador editorial e de produção	Leonardo Chianca – Jogo de Amarelinha
Preparador	Antonio Carlos Olivieri
Coordenadora de revisão	Ivany Picasso Batista
Revisoras	Alessandra Miranda de Sá Olivia Frade Zambone

ARTE

Capa e projeto gráfico	Rex Design
Editora	Suzana Laub
Editor assistente	Antonio Paulos
Editoração eletrônica	Claudemir Camargo Rex Design
Editoração eletrônica de imagens	Cesar Wolf
Iconografia	Silvio Kligin (coord.) Etoite Shaw (pesquisa e criação de legendas)
Imagem da capa	Moradora de Lagoa da Volta, SE, mostra os pedaços de cactos que irá cozinhar para comer (1983). © Gildo Lima/ Abril Imagens.

Agradecemos a colaboração de Cláudia Nucci, Gislane Azevedo, Lillian Lisboa Miranda, Roberto Giansanti, Sílvia Casanovas Mora e Thais Nicoleti de Camargo

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D578q

Dimenstein, Gilberto, 1956-
Quebra-cabeça Brasil : temas de cidadania na história do Brasil / Gilberto Dimenstein, Alvaro Cesar Giansanti. - 1.ed. - São Paulo : Ática, 2003.
168p.

ISBN 978-85-08-09063-1

1. Direitos fundamentais - Brasil. 2. Identidade social - Brasil.
3. Brasil - Condições sociais. I. Giansanti, Alvaro Cesar, 1958-.
II. Título.

10-6271.

CDD 323.0981
CDU 342.7(81)

ISBN 978 85 08 09063-1 (aluno)

ISBN 978 85 08 09062-4 (professor)

2013

1ª edição

9ª impressão

Impressão e acabamento:

Todos os direitos reservados pela Editora Ática
Av. Otaviano Alves de Lima, 4400 – CEP 02909-900 – São Paulo, SP
Atendimento ao cliente: 4003-3061 – atendimento@atica.com.br
www.atica.com.br

IMPORTANTE: Ao comprar um livro, você remunera e reconhece o trabalho do autor e o de muitos outros profissionais envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras: editores, revisores, diagramadores, ilustradores, gráficos, divulgadores, distribuidores, livreiros, entre outros. Ajude-nos a combater a cópia ilegal! Ela gera desemprego, prejudica a difusão da cultura e encarece os livros que você compra.



Caro leitor, cara leitora,

Você está satisfeito com o mundo da forma como ele é? Quantas vezes já ouviu alguém dizer que as coisas são assim mesmo, que não adianta reclamar? Conhece alguém que acha ótimo ter privilégios e vantagens, mesmo quando isso ocorre em prejuízo de outras pessoas? E esse papo de violência, guerra, miséria, desemprego... você não está saturado do que a mídia, a família e a escola martelam em sua cabeça todos os dias?

Essas são algumas questões que tentaremos discutir com você. Mas principalmente nos propomos a debater esses assuntos, mesmo que você tenha dúvidas sobre a melhor forma de discutir direitos, liberdades, necessidades, ou que não esteja nem aí para esses temas. Nós queremos provocá-lo e desafiá-lo a pensar em mudanças, a batalhar por um mundo melhor, mais justo e solidário, com oportunidades iguais para todos. Afinal, a vida não é nada fácil para quem é excluído do direito ao futuro e à felicidade. Todos querem se dar bem, não é?

Mas a questão é: será que todos conseguem?

Às vezes, passa-nos despercebido o fato de terem sido necessárias muitas lutas para garantir a nós brasileiros a liberdade de opinião, a autonomia política, o livre-arbítrio religioso, dentre tantos aspectos da vida social num país que vem construindo sua democracia a duras penas. Da mesma forma, parece natural que todos tenham direito à moradia, à escola, à saúde, ao trabalho, ao transporte.

E é verdade que nos últimos anos houve grande avanço nas leis que estabelecem tratamento igualitário e sem preconceito para crianças, mulheres, índios, negros, homossexuais, presidiários. A maioria também concorda que a natureza precisa ser preservada para garantir o direito à vida para as gerações futuras.

Na verdade, trata-se de um grande quebra-cabeça que vem sendo montado e articulado dia a dia. E cada peça vem sendo preparada e construída coletivamente, com muito sacrifício. Os encaixes precisam ser ajustados a cada novo movimento no correr da História. Essa é uma luta permanente.

Neste livro, procuramos identificar e explicar esse movimento, essa construção, esse caminhar em direção a um futuro melhor. Mostrar também que essas melhorias não caíram do céu, pelo contrário, foram conquistadas com muita batalha. E mais: essas lutas não terminaram, e você está sendo chamado a fazer sua parte. Em outras palavras, está na hora de você participar para a manutenção e ampliação dos direitos hoje existentes ou, do contrário, quando menos perceber, eles poderão ter deixado de existir. Não dá para ser omissos, você precisa assumir seu papel de cidadão ativo!

Problemas não faltam, mas as soluções também estão aí para aqueles que estiverem dispostos a aprender. Você pode ajudar o mundo a ser melhor do que ele é... E saiba que nunca estará sozinho nessa parada!

GILBERTO E ALVARO

1 escola e brincadeira – decifrando o mundo da infância

escola e brincadeira – decifrando o mundo da infância	14
> Chacina da Candelária: vergonha nacional	14
> Esmeralda – Uma voz pela esperança	16
> A luta contra a mortalidade infantil	18
> Quantas crianças trabalham	20
> Chega de violência!	22
Atividades	23

2 código civil: garantia do direito de ter direitos

código civil: garantia do direito de ter direitos	26
> O casamento e o novo Código Civil	26
> O direito à herança e o novo Código Civil	28
> Os filhos e o novo Código Civil	30
> <i>Infância</i> – Graciliano Ramos	33
Atividades	33



identidades culturais – respeito às diferenças	36
> Direitos conquistados a duras penas	36
> O indígena na literatura	38
> Ritual antropofágico	40
> Genocídio: ianomâmi, nambiquara... Até quando?	41
> Sete povos das missões	42
Atividades	43

diversidade religiosa: toda forma de crer vale a pena	46
> Brasil: nunca mais	46
> A fé e o dote	48
> Comunidades Eclesiais de Base – A Igreja do povo	49
> Fanatismo e intolerância	51
> <i>Tenda dos milagres</i> – Jorge Amado	52
Atividades	53

3 identidades culturais – respeito às diferenças

4 diversidade religiosa: toda forma de crer vale a pena

5 mulheres votam em mulheres: uma escolha feminina?

mulheres votam em mulheres: uma escolha feminina?	56
> A bancada feminina no Congresso	56
> Carlota, a primeira deputada	57
> A mulher trabalhadora no Brasil	58
> A grande Pagu	60
> Rachel de Queiroz, a primeira "imortal"	62
Atividades	63

6 aprender a aprender como exigência do futuro

aprender a aprender como exigência do futuro	66
> Analfabeto, eu?	66
> Escola nova	67
> <i>Amar, verbo intransitivo</i> – Mário de Andrade	68
> Ensino público e gratuito perde espaço	70
> O papel político dos estudantes	71
Atividades	71



lutar para morar com dignidade	74
> Bota abaixo!	74
> Cortiço e favela	76
> Estatuto da Cidade	77
> <i>O cortiço</i> – Aluísio Azevedo	78
> Sem um lugar para morar	79
> Superpopulação no Brasil	80
Atividades	81

reforma agrária – terra para quem nela trabalha	84
> A concentração fundiária e suas origens	84
> Brasil: o país tem fome de acabar com a fome!	86
> O olhar do fotógrafo, do escritor, do músico	88
> Ligas Camponesas e MST: o conflito no campo ontem e hoje	90
Atividades	91

7 lutar para morar com dignidade

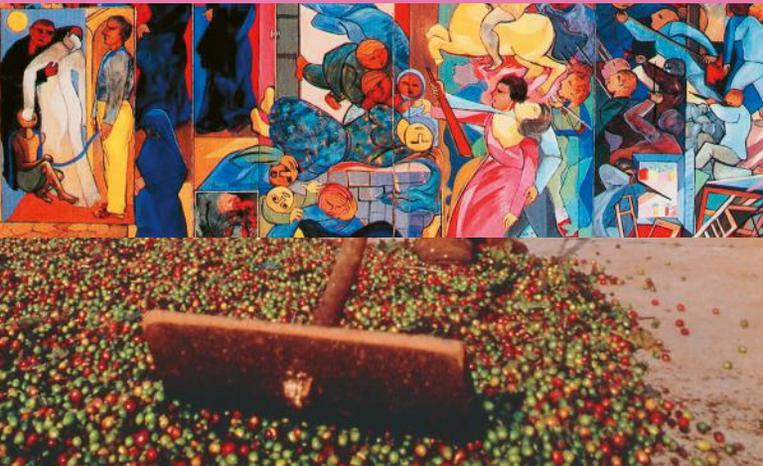
8 reforma agrária – terra para quem nela trabalha

9 independência política e a luta dos povos pela autodeterminação

independência política e a luta dos povos pela autodeterminação	94
> Nadando contra a corrente liberal	94
> Crime e castigo	96
> O líder Frei Caneca	97
> Um retrato da independência	98
> O Rio de Janeiro na época da independência	100
Atividades	101

10 cores diferentes, direitos iguais

cores diferentes, direitos iguais	104
> Abolicionismo	104
> Castro Alves, poeta negro	105
> Quilombolas de ontem e de hoje	106
> Navios negreiros	108
> Zumbi dos Palmares e a luta pela consciência negra	109
Atividades	109



trabalho – um emprego e um sonho de futuro melhor	112
> A arqueologia do trabalho	112
> <i>Eles não usam black-tie</i> – Gianfrancesco Guarnieri	114
> O aumento do desemprego	116
> Dá para sobreviver com o salário mínimo?	118
Atividades	121

ir e vir: liberdade de movimento	124
> A ferrovia da morte	124
> O ônibus, o bonde e a trombada – Origem das palavras	125
> <i>O bonde e a cidade</i> – Oswald de Andrade	126
> Transporte urbano metropolitano	129
Atividades	129

11 trabalho – um emprego e um sonho de futuro melhor

12 ir e vir: liberdade de movimento

13

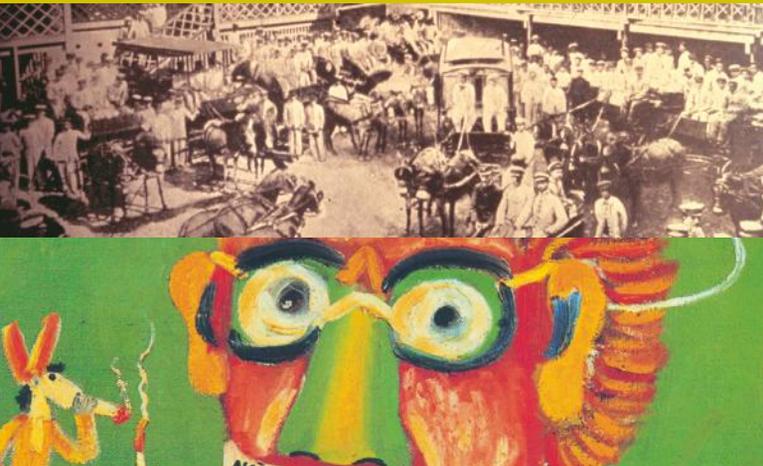
a saúde pública e o direito à vida

a saúde pública e o direito à vida	132
> Combate à Aids no Brasil: exemplo para a saúde pública	132
> <i>Pneumotórax</i> – Manuel Bandeira	134
> Monteiro <i>Jeca Tatu</i> Lobato	136
Atividades	137

14

equilíbrio ambiental – um mundo para as futuras gerações

equilíbrio ambiental – um mundo para as futuras gerações	140
> Amazônia	140
> Animais ameaçados de extinção	142
> O grito de alerta de Ignácio de Loyola Brandão	144
> Mata Atlântica	145
Atividades	145



pensar e falar com liberdade de expressão	148
> A censura e <i>O Estado de S. Paulo</i>	148
> Livro apagado	150
> <i>Verdade tropical</i> – Caetano Veloso	151
> Música muda	152
> Ditadura militar: período sombrio da vida brasileira	154
Atividades	155

resgatar a cidadania dos encarcerados	158
> Carandiru / 111	158
> Respeito aos Direitos Humanos no Brasil	160
> <i>Memórias do cárcere</i> – Graciliano Ramos	162
> Tortura no Brasil	164
> O ditador Getúlio Vargas	165
Atividades	165

15

pensar e falar com liberdade de expressão

16

resgatar a cidadania dos encarcerados



escola e brincadeira –
decifrando o mundo
da infância.

O trabalho infantil começou no Brasil exatamente com a chegada dos portugueses. As caravelas vieram com ajudantes de bordo, os grumetes, alguns com apenas 7 anos de idade, forçados a tarefas pesadas. Era uma prática estranha aos indígenas, a quem, supostamente, os brancos queriam “civilizar”. Os índios não colocavam suas crianças para cuidar da sobrevivência da tribo.

A história do Brasil é também a história da selvageria contra as crianças, alvo dos mais diversos tipos de violências, entre elas a obrigação de trabalhos duros, difíceis até mesmo para um adulto. Em 1917, ano de uma greve geral de operários em São Paulo, a imprensa noticiou: “Assistimos ontem à entrada de 60 pequenos, às 19 horas, na sua fábrica da Mooca. Essas crianças, entrando àquela hora, saem às 6 horas. Trabalham, pois, 11 horas a fio, em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos à meia-noite”.

A reação da sociedade a favor da infância só iria começar, nos anos 1980, com uma legislação de proteção à criança e ao adolescente. Um movimento de empresários e organizações não governamentais conseguiu sensibilizar o governo a fiscalizar e punir empresas que usassem trabalho infantil. Por causa da mobilização, criaram-se bolsas para tirar a criança do trabalho e colocá-la na escola.

Ao longo da História, verificou-se também diferenças entre as formas de tratamento dadas às crianças de classes sociais diferentes. A forma como a elite branca via a criança negra pode ser observada em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, ao relatar como uma criança branca tratava um menino negro: “Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um ai, nhonhô! – ao que eu retorquia: – Cala a boca, besta!”.



> Chacina da Candelária: vergonha nacional

Rio de Janeiro, madrugada de 23 de julho de 1993. Cerca de 50 meninos e meninas de rua dormiam ao lado da Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro, quando um grupo de pelo menos seis pessoas apareceu, fingindo lhes oferecer uma sopa. Assim que um dos garotos se levantou para pegar o prato de comida, recebeu um tiro na cabeça e morreu. Em seguida, novos disparos aconteceram. As crianças acordaram assustadas e começaram a fugir em pânico, à procura de um refúgio. Quando os tiros cessaram, as escadarias da Candelária estavam manchadas de sangue: oito crianças, de 10 a 17 anos, haviam sido brutalmente assassinadas com tiros na cabeça, no peito e nas costas.

A “chacina da Candelária”, como passou a ser chamada a matança, ganhou destaque na imprensa do mundo inteiro e atraiu as atenções internacionais para o descaso com que a sociedade e o governo brasileiro tratam a questão do menor abandonado no país.

Wagner dos Santos, que na época do crime contava com 21 anos, recebeu um tiro nas costas, sobreviveu e revelou à polícia que os assassinos eram policiais militares. Feita a denúncia, Wagner viu-se obrigado a sair do Brasil, pois corria o risco de ser morto pelos cúmplices dos criminosos. Com a ajuda da ONG Viva Rio, o rapaz arranhou um emprego na Suíça, onde passou a viver, sofrendo as sequelas da chacina.

Desta vez, pelo menos, o crime não passou em branco pela Justiça. Seis policiais foram acusados e três deles acabaram condenados com penas de mais de 300 anos de cadeia: Marcus Vinicius Borges Emmanuel, Néelson de Oliveira dos Santos Cunha e Marcos Aurélio Dias Alcântara.

Em 2000, outro sobrevivente da chacina voltou às manchetes dos jornais. Sandro do Nascimento, que na época do massacre tinha 14 anos, sequestrou um ônibus no Rio de Janeiro que fazia a linha Gávea-Central do Brasil e manteve por várias horas a passageira Geisa Firmo Gonçalves sob a mira de um revólver calibre 38. Tentando pôr fim ao sequestro, policiais militares atiraram contra Sandro, que revidou e matou Geisa. O rapaz foi preso e, no caminho do hospital, morreu asfixiado pelos PMs que o conduziam na viatura.

escola e brincadeira – decifrando o mundo da infância

V. L., uma criança e seu destino

Interior do Nordeste brasileiro, década de 1990. Milhares de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos trabalham no corte e secagem do sisal, planta resistente à aridez e ao sol intenso do sertão nordestino. As fibras dessa planta servem para a produção de tapetes e cordas. Na colheita, mãos e corpos ficam feridos pelos espinhos da planta. Fardos com dezenas de quilos são carregados nas costas para secar nos pátios. Nas máquinas de moer a fibra, acidentes mutilam dedos e mãos dos trabalhadores. Dentre eles, V. L., que trabalhava em Retirolândia, interior da Bahia, cerca de dez horas por dia. Recebia em torno de doze reais por mês e não frequentava a escola.

Em 1998, com 11 anos de idade, V. L. foi uma das crianças brasileiras participantes da Marcha Global contra o Trabalho Infantil que se dirigiu para Genebra, na Suíça. Ali, a Organização Internacional do Trabalho discutiu as piores formas de exploração da mão de obra de crianças e propôs políticas de combate a essas formas de trabalho.

Dois anos antes, o governo brasileiro já havia criado o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, mas seus benefícios só chegaram à Retirolândia quando a atuação de V. L. chamou a atenção mundial para o problema das crianças trabalhadoras na produção de fibras de sisal. As famílias das crianças passaram a receber cerca de 25 reais por mês para mantê-las estudando sem trabalhar.

Apesar de ser uma das crianças-símbolo da luta contra o trabalho infantil, V. L. voltou a trabalhar no sisal quando fez 15 anos, sem ter completado o ensino fundamental. É que o auxílio do PETI só era pago até aquela idade. Alguns meses depois, ele passou a fazer parte do enorme contingente de trabalhadores mutilados: ao colocar um feixe de fibras na máquina de beneficiamento do sisal, teve decepado um de seus dedos.

© Egberto Nogueira/Abri Imagens



Trabalho infantil na sisaleira Retiro, em Retirolândia, interior da Bahia, agosto de 1995.



© Fernando Vivas/Abri! Imagens

Criança de rua, em Salvador, BA, 1993.

Nas ruas e nos lixões, o cotidiano de violência e abandono

Assim como ocorreu no caso de V. L., a cidadania plena das próximas gerações não está garantida. Apesar dos recentes avanços da legislação, ainda há muito a ser feito para que as leis sejam transformadas em conquistas reais. Diariamente, os meios de comunicação divulgam notícias que indicam as dificuldades enfrentadas por jovens e crianças brasileiras.

Aparentemente, não causam tanto espanto cenas de crianças trabalhando ou esmolando nos cruzamentos das ruas de grandes cidades. Imagens de exploração da mão de obra infantil em trabalhos penosos alternam-se com a de lixões onde as crianças disputam restos de comida com ratos e urubus. Crianças são vítimas frequentes de violências, como agressões físicas, exclusão escolar, fome, pedofilia, falta de atenção e de carinho.

São comuns as notícias de envolvimento de crianças com o narcotráfico e com a prostituição infantil. São constantes as rebeliões dos menores infratores em instituições que deveriam resgatar sua cidadania, mas que funcionam como verdadeiras escolas do crime. Nas ruas das grandes cidades, cresce o número de crianças abandonadas por suas famílias.

Em outras palavras, problemas não faltam.

Mas também há muita gente buscando soluções que garantam a todos os brasileiros o direito de não precisar trabalhar até os 14 anos. Como crianças, suas únicas obrigações devem ser ir à escola, aprender a ler e escrever, praticar esportes, conviver com sua família e com outras crianças, inventar brincadeiras, descobrir respostas para decifrar o mundo.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em julho de 1990, a opinião pública ficou mais atenta às denúncias de desrespeito contra os direitos que ali foram estabelecidos. Em seu artigo 4º, está escrito que *é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*



© Oscar Cabral/Abri! Imagens

Funeral de uma das vítimas do massacre da Candelária, Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1993.

> Esmeralda – Uma voz pela esperança

Esmeralda do Carmo Ortiz é um exemplo da infância desassistida de nosso país. Nascida em 1979, até os 8 anos de idade pedia esmola pelas ruas de São Paulo ao lado da mãe e dos irmãos. Cansada de ser espancada pela mãe e de sofrer abusos sexuais do padrasto, fugiu de casa e preferiu viver na rua, com outras crianças da praça da Sé. Aprendeu a roubar, envolveu-se com drogas pesadas e por mais de cinquenta vezes foi encaminhada à Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). Esmeralda chegou ao fundo do poço e para muitos não tinha mais recuperação. No entanto, seu amor pela vida revelou ser mais forte. Contando com o auxílio de educadores que acreditaram nela, conseguiu livrar-se das drogas, arranhou um emprego e conseguiu alugar uma casa. Por fim, deixou um testemunho de toda sua experiência no livro *Esmeralda – Por que não dancei*, publicado em 2001. Leia um trecho:

Chegou um tempo que o crack não me preenchia mais. Mesmo fumando, comecei a me sentir uma pessoa vazia. Eu não tomava mais banho, não sabia mais, não comia. Andava que nem zumbi. Eu estava dormindo na rua, porque o PCR [Projeto Criança de Rua] estava desativado. Eu vivia pra usar a droga, sentia um buraco. Quando me deparava com o meu eu, eu me sentia horrível. E roubar então passou a ser um tipo de aventura. Tinha um monte de gente correndo atrás de mim, eu saía correndo deles, e ninguém conseguia me pegar no pinote. Eu corria ligeiro, era uma bala perdida.

A galera dizia que eu era “sangue B”, porque tudo que vinha eu topava. Mas eu já não era mais como antes. Eu era uma outra Esmeralda. Eu não sorria mais. Tudo o que eu fazia era só quando estava sob o efeito da droga. Sem o efeito da droga, eu me sentia mal.

Eu gostaria de morrer, mas não tinha coragem de me matar. Eu era a maior covarde. Queria morrer de overdose. Achava que todo mundo que morria de overdose era guerreiro, ia pra um lugar onde todo mundo consagrava como “sangue B”, um “ponta-firme”.

Seria mais fácil colocar a pedra, fumar, dar um pega e morrer com satisfação, do que enfiar uma bala na minha cabeça. Eu queria morrer de overdose porque sabia que eu não ia sair mais daquela vida, que tinha entrado num beco sem saída, numa situação em que eu não deveria ter entrado.

Esmeralda do Carmo Ortiz, *Esmeralda – Por que não dancei*, Gilberto Dimenstein (org.), 4. ed., São Paulo, Senac/Ática, 2001, p.104.

Nos campos e nas cidades, o trabalho ilegal

A luta contra o trabalho infantil é mundial. As frequentes denúncias contra produtos que exploram a mão de obra de crianças atingem empresas que toleram essas práticas. Na Índia, a exportação de tapetes tradicionais sofreu grandes prejuízos e só se recuperou com a adoção de um selo de qualidade atestando o compromisso dos fabricantes em não usar crianças em qualquer etapa da produção. Em 1998, as ações da Nike despencaram até a metade do valor quando tornou-se público que seus fornecedores utilizavam mão de obra infantil. Foi preciso que a própria Nike investisse pesado na fiscalização dos fornecedores.

No Brasil, uma das iniciativas pioneiras no combate ao trabalho infantil foi a dos empresários fabricantes de brinquedos, que organizaram a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança em fevereiro de 1990. As empresas participantes receberam um selo atestando que baniram a mão de obra infantil de qualquer etapa de sua produção.

Desde então, desenvolvem-se campanhas de esclarecimento, principalmente quanto aos brinquedos importados de países onde o trabalho infantil e o trabalho escravo são as duas faces da mesma moeda.

Os fabricantes de calçados na região de Franca, no interior de São Paulo, também precisaram resolver esse problema. Ali, no decorrer da década de 1980, boa parte das etapas de produção tinha sido transferida para grupos de trabalhadores autônomos, para diminuir os custos do produto. Sem que as grandes fábricas se preocupassem com isso, seus fornecedores empregavam milhares de crianças que largavam a escola para aumentar a renda familiar. Em 1994, clientes norte-americanos ameaçaram suspender as importações enquanto não fosse eliminado o trabalho infantil na produção de sapatos. As empresas locais, então, fizeram um pacto proibindo seus fornecedores de empregar crianças.

Outra resposta dada pela sociedade para fazer valer os direitos de adolescentes e crianças é a realização frequente de campanhas pelo consumo consciente. Você compraria um suco de laranja ou um par de

© Bia Parreiras/Abril Imagens



Aula de ginástica olímpica na Vila Olímpica – projeto patrocinado pela Xerox do Brasil para as crianças da favela da Mangueira, no Rio de Janeiro, em abril de 1998.



© Claudio Rossi/Abri! Imagens

Exploração da mão de obra infantil na carvoaria de Águas Claras, MG, em julho de 1995.

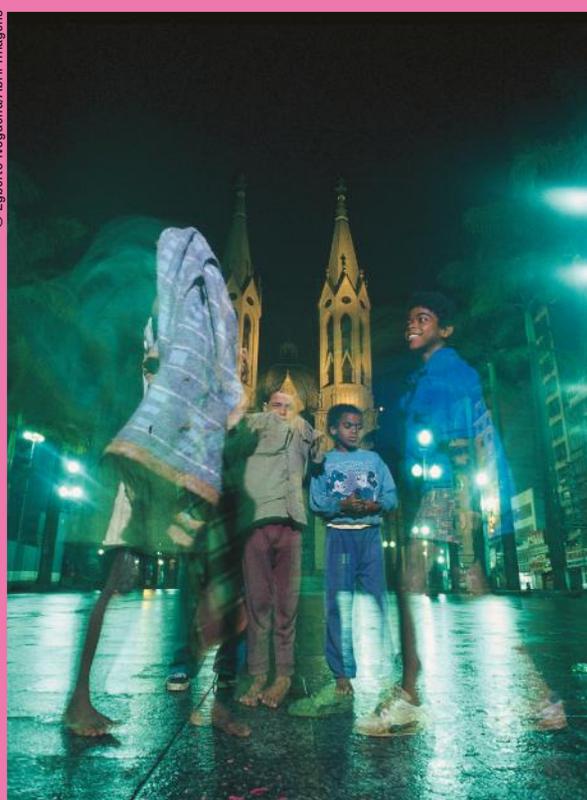
sapatos sabendo que sua produção envolve trabalho infantil? Por isso, até mesmo por uma questão de sobrevivência, empresas preocupadas com sua imagem perante o mercado consumidor buscam eliminar o trabalho infantil no processo produtivo.

Infelizmente, nem todos os setores da economia brasileira agem dessa forma.

Atualmente, um dos maiores problemas refere-se à produção de carvão vegetal em carvoarias no Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, onde centenas de crianças trabalham nas mais duras condições. Esse carvão é usado nos fornos da maioria das usinas siderúrgicas para a fabricação de chapas de aço e produtos de ferro fornecidos para a indústria automobilística, de ferramentas, esponjas de aço e diversos produtos eletrodomésticos.

Em 1995, após a realização do 1º Ato Público Contra o Trabalho Infantil, em São Paulo, seus organizadores propuseram aos distribuidores de álcool combustível (Petrobras, Shell, Ipiranga, Esso e Texaco) e aos fabricantes de sucos (Abecitrus), de automóveis (Anfavea) e de açúcar que deixassem de comprar de fornecedores que usam mão de obra infantil. As grandes empresas automobilísticas incluíram uma cláusula que

© Egberto Nogueira/Abri! Imagens



Meninos de rua na praça da Sé, em São Paulo, 1993.

> A luta contra a mortalidade infantil

Em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu que o Brasil deveria ter como meta reduzir em pelo menos um terço os índices de mortalidade infantil no país. Naquela época, de cada mil crianças que nasciam, 45,3 morriam antes de completar seu primeiro aniversário. Passados dez anos, as estatísticas mostram que o Brasil ultrapassou os objetivos propostos: segundo o Censo de 2000, de cada mil crianças que nascem, 29,6 morrem antes de um ano, ou seja, uma queda de aproximadamente 35% em relação a 1990.

Embora essa diminuição deva ser festejada, ainda há muito a se conquistar. Para os índices do Brasil ficarem em um nível considerado aceitável pela OMS, a mortalidade infantil deveria ser reduzida em mais um terço ainda, chegando, no máximo, a 20 óbitos por mil nascidos vivos. Para se ter um padrão de comparação, nos Estados Unidos, de cada mil crianças que nascem, apenas sete morrem antes de um ano.

Entre os principais fatores responsáveis pelos altos índices de mortalidade infantil brasileira estão, em ordem de importância, as complicações decorrentes do parto e da gravidez, doenças infecciosas e parasitárias, falta de assistência médica e doenças respiratórias. Muito desses óbitos poderiam ser evitados se o país tivesse melhor saneamento básico. Não é à toa que metade das crianças vítimas da mortalidade infantil é do Nordeste, região que mais sofre com a falta de saneamento no país.

Na luta contra a mortalidade infantil, quem vem desempenhando um papel de destaque é a Pastoral da Criança, órgão ligado à CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. A entidade está presente em todos os estados brasileiros e atua em 64% dos municípios, atendendo a 1,6 milhão de crianças com menos de seis anos. Possui cerca de 150 mil voluntários que ensinam ações básicas de saúde, nutrição e educação às mães, gestantes e familiares. Nas regiões em que atua, a taxa de mortalidade infantil é 60% menor do que nos lugares onde não está presente.

vetava a compra de carvão vegetal extraído com a ajuda de crianças. No interior de São Paulo, os produtores de suco de laranja construíram escolas para 1.300 crianças e adolescentes.

Os setores mais avançados da economia brasileira parecem estar mais sensíveis às pressões populares e denúncias da imprensa. Mas, nas regiões onde há milhões de pessoas vivendo na mais extrema pobreza, a sobrevivência das famílias conta com a ajuda de crianças que trabalham desde cedo. Apesar dos esforços que vêm sendo feitos, crianças continuam trabalhando em carvoarias e pedreiras, nas fazendas de sisal e de cana, no conserto de buracos nas estradas em troca de moedas jogadas pelos motoristas. Quando isso não é suficiente, a opção da população faminta é saquear escolas e depósitos de comida.

Vários programas sociais criados pelos governos depararam-se com falta de verbas para atender todas as necessidades. Até o final de agosto de 2002, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil havia consumido 243,9 milhões de reais, cerca de metade do que foi previsto no Orçamento do Governo Federal, e não havia previsão quanto à liberação do restante. Mas já se sabia que, sem esse dinheiro, mais de 300 mil crianças deixariam de ser atendidas.

Na História do Brasil, exclusão e sofrimento

Quando os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil, a mentalidade da época não reconhecia direitos para as crianças, que eram tratadas como “adultos em miniatura”. Seus navios trouxeram os primeiros exemplos de trabalho infantil: *grumetes* com até 7 anos de idade eram usados no trabalho pesado nas caravelas. Órfãos eram trazidos de Portugal para ajudarem os padres jesuítas no trabalho de catequese indígena. Colonos pobres colocavam os filhos para ajudar na plantação de lavouras de subsistência assim que desembarcavam.

Para os povos indígenas, essas práticas eram estranhas, uma vez que as crianças não tinham obrigações relacionadas à sobrevivência da tribo. A prioridade dos jesuítas na conversão de crianças indígenas ao cristianismo causou vários conflitos ao querer passar uma visão de mundo com exigências e deveres sociais com as quais as tribos brasileiras não estavam acostumadas.

Com as crianças trazidas da África não foi diferente. Separadas dos pais nos portos de desembarque, eram vendidas por valores que variavam conforme seu potencial de trabalho imediato.

Já as crianças nascidas nas senzalas passavam a ajudar em pequenos serviços por volta dos 5 anos. No campo, davam comida aos animais de criação, ajudavam no preparo de comida para os outros escravos, buscavam água, faziam cestos e cordas. Na cidade, os meninos ajudavam a mãe no comércio ambulante, levavam recados para os senhores e serviam aos meninos brancos. As meninas fiavam e costuravam, faziam



© Marc Ferrer/Coletagem Particular

Jornaleiros no Rio de Janeiro, c. 1895.

renda e serviam como mucamas em diversas atividades domésticas, como lavar e cozinhar.

Nas cidades, os órfãos pobres nem sempre tinham melhor sorte que os filhos de índios e negros. No século XVIII, cerca de 5% das crianças livres no Brasil eram abandonadas ao nascer. Entre 1750 e 1850, na então pequena cidade de São Paulo, a taxa chegou a 15%. Muitas crianças eram abandonadas em portas de igrejas e de casas de pessoas ricas, às vezes com bilhetes relatando as dificuldades das mães para criar os filhos.

Outra prática comum nesse período era deixar crianças nas “rodas dos expostos”, espécie de caixa giratória de madeira que ficava instalada no muro das Santas Casas de Misericórdia. As crianças que sobreviviam aos maus-tratos das *criadeiras*, à fome e às doenças, deveriam trabalhar para obter recursos para a instituição. As meninas, com alguma sorte, seriam entregues às famílias mais abastadas para fazerem trabalhos domésticos.

Os meninos tornavam-se aprendizes de diversas profissões ou iam para instituições militares, como o Arsenal da Marinha, onde trabalhavam na cozinha e na limpeza dos barcos. Durante a guerra do Paraguai, por exemplo, muitos meninos pobres trabalharam nas linhas de frente, limpando as instalações onde ficavam os oficiais, levando mensagens entre vários pontos de combate, ou atuando como “porta-cartuchos”, levando munição para os canhões.

No início do século XX, o desenvolvimento industrial mudou a vida nas cidades. Milhares de imigrantes, principalmente italianos, portugueses,



© Antonio Milena/Abri/Imagens

Menino morto durante assalto, no IML de Recife, PE, em 1991. Nesta data, um levantamento de crianças mortas violentamente, feito pelo Ibase e pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, constatou a prática de extermínio sistemático em quatorze Estados.

> Quantas crianças trabalham

Apesar dos esforços do governo e da sociedade, cerca de trezentas mil crianças entre 5 e 9 anos trabalham atualmente no país. Na faixa etária de 10 a 14 anos, o número sobe para dois milhões. Embora esse seja um quadro crítico, a situação já foi muito pior.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, o número de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos que trabalhavam em 1992 correspondia a 12,1% de toda a população dessa faixa etária. Em 2001, esse percentual foi reduzido para 6,8%. Somente entre 1999 e 2001, 738.558 crianças pararam de trabalhar e voltaram a estudar, brincar, conviver com a família e fazer amigos, recebendo educação e aprendendo valores para ser bons adultos no futuro.

Segundo a pesquisa, em 2001, 58,7% das crianças e adolescentes de 5 a 14 anos que trabalhavam estavam concentrados em pequenos empreendimentos familiares nas áreas rurais. Já nas áreas urbanas, especialmente nas grandes cidades, o número de crianças trabalhadoras subiu de 19,6% para 24,1% na faixa etária de 5 a 9 anos e de 26% para 26,2% entre os de 10 a 14 anos.

Também existem diferenças entre os gêneros no trabalho infantil. Em 2001, 9,1% dos meninos de 5 a 14 anos estavam trabalhando, enquanto a parcela das meninas era de 4,5%.



© AE

Operários da Fiação e Tecelagem Mariângela, de propriedade da família Matarazzo, em 1915 – período da industrialização de São Paulo em que foi muito explorada a mão de obra infantil.

espanhóis e alemães vieram trabalhar como operários, mas várias fábricas empregavam a mão de obra de crianças. Em 1917, ano da grande greve geral dos operários de São Paulo, a imprensa denunciava:

Assistimos ontem à entrada de cerca de 60 pequenos, às 19 horas, na sua fábrica da Mooca. Essas crianças, entrando àquela hora, saem às 6 horas. Trabalham, pois, 11 horas a fio, em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos à meia-noite. O pior é que elas se queixam de que são espancadas pelo mestre de fiação. Muitos nos mostraram equimoses nos braços e nas costas. Alguns apresentam mesmo ferimentos produzidos com uma manivela. Uma há com as orelhas feridas por continuados e violentos puxões. Trata-se de crianças de 12, 13 e 14 anos.

Em 18 de setembro de 1919, o jornal *A Plebe* dizia que os donos de uma fábrica têxtil demitiram dezessete operários que seriam substituídos por menores porque *as crianças são exploradas mais facilmente e se contentam com pequena remuneração.*

Nesse período, havia muitas referências às “meninas perdidas” e aos “pequenos vagabundos”. Moças pobres, negras ou brancas, eram marginalizadas após serem sequestradas por patrões ou vizinhos, restando apenas o caminho da prostituição para sobreviverem. Quanto aos meninos de rua, responsáveis por 26% da *gatunagem* em São Paulo, artigos na imprensa cobravam ações do governo para retirá-los do centro da cidade.

Em 1900, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que o *dr. Oliveira Ribeiro, chefe de polícia, a fim de reprimir a vagabundagem de grande número de menores que por aí viviam com fome e no relento, conseguiu um meio de os tirar de São Paulo. Para esse fim, entrou em acordo com o sr. Coronel Pinho, industrial e fazendeiro, residente em Rio Claro, o qual se propôs a colocar em fábricas e fazendas de sua propriedade os menores capturados.*